

UM PAÍS OLÍMPICO SEM EDUCAÇÃO OLÍMPICA?

Nelson Schneider Todt¹³⁷

Resumo: Este ensaio tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a Educação Olímpica como uma alternativa de política pública de esporte e lazer no que tange a inclusão social. Esta reflexão se apóia no conceito de que, de uma forma genérica, a idéia das políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), que envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Dessa forma as políticas públicas, como proposto por Sposito e Carrano (2003), não se reduzem a implantação de serviços, pois ela também englobaria projetos de diferentes naturezas (ético-políticos e pedagógicos), compreendendo níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Assim, existem muitas dificuldades políticas e sociais que o Olimpismo se propõe a enfrentar, especialmente através daquilo que chamamos de Educação Olímpica. Esta prática pode se configurar como uma alternativa pedagógica, na busca de soluções para as desigualdades econômica e social, incluindo conceitos como multiculturalismo, pós-modernidade, ética e questões de gênero. Baseada no Olimpismo, a Educação Olímpica pode representar uma política pública para alcançar o objetivo de um desenvolvimento humano e social mais justo, igual e fraterno através do esporte.

Apresentando o tema

Este ensaio tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a Educação Olímpica como uma alternativa de política pública de esporte e lazer no que tange a inclusão social.

Esta reflexão se apóia no conceito de que, de uma forma genérica, a idéia das políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), que envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Dessa forma as políticas públicas, como proposto por

¹³⁷ Doutor em Educação e Presidente do Comitê Brasileiro Pierre de Coubertin. É Professor na Faculdade de Educação Física e Ciências do Desporto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos na mesma instituição. Contato: nelson.todt@pucrs.br

Sposito e Carrano (2003), não se reduzem à implantação de serviços, pois ela também englobaria projetos de diferentes naturezas (ético-políticos e pedagógicos), compreendendo níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição.

Inclusão social no Brasil: uma realidade olímpica?

O Brasil faz parte do grupo chamado E-9. Isso significa que, juntamente com Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão, é um dos nove países mais populosos do mundo que se comprometeu a encarar a educação como fator determinante para seu desenvolvimento. As amplas dimensões geográfica, demográfica e econômica do Brasil poderiam lhe conferir um enorme potencial para atingir esse objetivo. Entretanto, esse potencial fica limitado por desigualdade e discriminação persistentes (UNESCO, [2006]).

A diminuição da desigualdade brasileira deveria se constituir em um desafio permanente para todos os setores da sociedade brasileira, pois ela possui componentes estruturais que estão relacionados a um passado caracterizado por um modelo de organização social altamente estratificado, desde o período da escravidão até a perpetuação de privilégios de classe ao longo dos diversos regimes políticos.

Neste sentido alguns setores buscam vencer esses desafios através da erradicação do analfabetismo, da melhoria da qualidade da educação, da redução da vulnerabilidade ambiental, dos conflitos sociais e da violência, da redução da pobreza, da miséria e da exclusão, da promoção da diversidade cultural e da generalização do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação (UNESCO, [2006]).

Diante desse quadro o Ministério do Esporte acredita que é seu dever moral e ético o exercício da ‘Responsabilidade Social’, principalmente no que tange à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência. Além disso, é sabido que as classes menos favorecidas sempre viram o esporte como uma forma de galgar posições na vida, de superar barreiras da ascensão social e de, potencialmente, obter sucesso.

Entretanto, vejo que o esporte é muito mais que isso.

O Ministério do Esporte refere que fazer e produzir esporte é gerar mais saúde, mais equilíbrio e é, principalmente, um importante instrumento para capacitar pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade. Esta idéia está amparada legalmente no Art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), onde consta que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Apesar disto, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2003), estima-se que atualmente cerca de 15 milhões de jovens brasileiros na faixa etária de 7 a 17 anos vivem em ‘situação de vulnerabilidade social’¹³⁸.

A resposta para este quadro é que o esporte tem assumido no Brasil, um lugar de destaque no âmbito dos projetos e programas sociais, governamentais ou não, endereçados aos jovens em situação de pobreza.

Não somente do ponto de vista social e econômico, mas também no que se refere aos aspectos de saúde e educação, estudiosos como Weinberg e Gould (2001) acreditam que o esporte é uma das poucas áreas na vida das crianças na qual elas podem participar intensamente de uma atividade que tem conseqüências significativas para elas próprias, para seus amigos, para a família, bem como para a comunidade, de um modo geral.

Assim, governo e sociedade civil vêm se mobilizando na busca por estratégias com objetivos de inclusão e desenvolvimento social. Emerge assim, uma quantidade cada vez maior de programas e proje-

¹³⁸ O indicador de vulnerabilidade social é definido atualmente através do percentual de jovens cuja renda familiar *per capita* seja de até 1/2 salário mínimo (IBGE, [2003]).

tos sociais que percebem no esporte um importante aliado para combater ou ao menos minimizar os efeitos das inúmeras mazelas provenientes dos contextos de risco e vulnerabilidade social.

Sposito e Carrano (2003) apontam para mais de 30 projetos/programas governamentais que incidem sobre o grupo chamado de jovens. Porém, no que tange ao esporte, os mesmos autores (p. 22) são categóricos em dizer que, o Ministério do Esporte com seis programas, “demostrou baixa capacidade de coordenação de suas ações, incipiente reflexão sobre a problemática juvenil e baixíssima sinergia com atores coletivos da sociedade civil”.

Neste contexto, para uma efetiva inclusão social será suficiente disponibilizar uma prática esportiva sem a preocupação com uma educação por valores?

Educação por valores: o desafio para uma sociedade inclusiva

A Educação tem se tornado um dos temas mais apaixonantes e difíceis para quem estuda o desenvolvimento do ser humano. Ela é determinante para uma idéia de cidadania e de uma sociedade moderna e desenvolvida.

As exigências da sociedade se diversificam ante a presença simultânea de diferentes modelos educativos, que apresentam diferentes concepções da Educação, de homem e de uma sociedade do futuro que, com essa Educação, se pretende construir. O maior problema está na tensão existente entre a diversidade social e cultural de populações a serem atendidas, que buscam complementar referências sociais e morais, e a oferta cada vez maior de conhecimentos e diferentes abordagens.

Uma preocupação central da Educação em geral tem sido refletir e construir a forma como as pessoas se iniciam na tarefa de distinguir o bem e o mal, entre o justo e o injusto, entre o devido e o indevido. O ensino e a aprendizagem destas distinções são questões complexas e, possivelmente, controversas.

Assim, a partir do que se entende pelo o que Habermas (1993), Lyotard (2002) e Morin (2003) chamam de Pós-Moderno, qualquer mudança nestes processos educacionais e sociais, não passam pelo simples desdobramento do moderno, mas como um movimento de

renovação interna inerente ao moderno como princípio. Embora os referidos autores tenham diferentes abordagens sobre o tema, há uma idéia particularmente comum entre eles de que a pós-modernidade é uma ruptura com várias formas já estabelecidas como modernas de ver o mundo.

Hoje, mais do que nunca, é preciso 'humanizar', propiciando vivências significativas que levem as pessoas a se conhecer e a crescer, motivando para a criatividade, solidariedade e compreensão da vida como um todo. Esta não é uma tarefa fácil! O grande dilema tem sido oferecer oportunidades sem que as mesmas produzam desigualdades na sociedade.

Como aponta Holmesland (2003), esta questão é antiga e também tem sido o foco de discussões de políticos, educadores, pesquisadores, pais e alunos há muito tempo em diversas nações, e, especialmente, nos países industrializados ou nos industrializados com alto índice de pobreza, como o Brasil.

Atualmente, em contraste com qualquer idealização, o que percebo é a perpetuação de estruturas que não aceitam mudar, a reprodução de relações que se alimentam da desigualdade. Como refere Puchet (2003), é preciso dar-se conta que o entendimento sobre igualdade é fruto do processo de formação que cada um de nós passamos, nossos valores e nossa visão sobre os outros.

Lamentavelmente tenta-se aplicar conceitos de uma visão de mundo obsoleta a uma realidade que já não pode ser entendida em função de velhos conceitos. A perspectiva de mudança na visão de mundo passou da concepção mecanicista de Descartes e Newton para uma visão holística e ecológica, uma nova visão da realidade, uma mudança em nossos pensamentos, percepções e valores.

No entanto, valores mais humanos, como irmandade, cooperação, comunidade, união e partilha de bens e informações soam estranhas, ultrapassadas ou sem um sentido de mercado utilitarista e pragmático dentro deste universo de entendimento e comportamento competitivo atual.

A mentalidade dominante leva a um comportamento compatível com a mesma, por isso podemos dizer que a época atual é a época do individualismo parcial levado ao mais alto grau, pois assim

são, também, as empresas e instituições privadas, detentoras dos meios de produção e do processo de formação e distribuição de riquezas.

Dáí decorre o paradoxo: o século XX produziu avanços nas mais diversas áreas do conhecimento, mas ao mesmo tempo produziu o que Morin (2003) chama de cegueira para os problemas globais, fundamentais e complexos.

Os valores modernos da liberdade, da igualdade e da solidariedade sempre foram fundamentais, tão fundamentais quanto a crítica das violências que foram cometidas em nome deles e da pouca realização concreta desses valores nas sociedades capitalistas.

Busca-se uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a exclusão social, as incompreensões, as opressões, entre outros pontos. Esta via pode ser a Educação Olímpica. Como relata o próprio Pierre de Coubertin¹³⁹ no livro “Olympic Memoirs”, suas intenções estavam voltadas especialmente para os aspectos pedagógicos do esporte e não, como muitos podem pensar, à conquista de marcas e quebra de recordes.

Inclusão social pelo esporte: a proposta de uma educação olímpica

O esporte só por si nada significa se não ligar a Educação, o Ensino, e, sem dúvida, as potenciais aprendizagens do espetáculo esportivo a um projeto de desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, o Olimpismo (Filosofia Olímpica), enquanto promotor de um sistema de valores, não deixa de ser um quadro ideológico a serviço do desenvolvimento humano, sob pena de não servir para nada.

Neste enfoque, quero ressaltar que o Movimento Olímpico tem sua filosofia apoiada não apenas em uma excelente programação de atividades esportivas, mas, sobretudo na utilização do esporte como um fator de aprimoramento do homem.

Ao associar o esporte com a cultura e a Educação, o Olimpismo

¹⁴⁰ Pierre de Coubertin, o famoso barão, ‘pai’ do Movimento Olímpico Moderno. Entre outras coisas, foi um pedagogo visionário que acreditava no esporte como uma via de desenvolvimento individual e social.

se propõe criar uma atitude de vida baseado na alegria do esforço, o valor educativo do bom exemplo e o respeito por os princípios éticos fundamentais universais.

Em meu ponto de vista esta característica de transcendência humana, inerente ao próprio Olimpismo, não pode ser separada do desenvolvimento sustentável.

De acordo com as Nações Unidas, sustentabilidade significa conseguir suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer os direitos e as oportunidades das gerações vindouras. Deste modo, considero que o desenvolvimento humano é um processo de formação e alargamento da qualidade das escolhas que as pessoas podem realizar, ultrapassando as assimetrias sociais, do gênero, da idade e da geografia.

Assim, uma proposta de Educação Olímpica, baseada nos valores preconizados pela Filosofia Olímpica, pode representar uma importante alternativa pedagógica para as questões da inclusão social através do esporte. A proposição de estratégias para o desenvolvimento de uma Educação Olímpica em programas/projetos esportivos sociais possui um significado inovador e diferenciado.

A inclusão de temas relativos ao Olimpismo, o fomento do reconhecimento dele como meio educacional, com relações transversais e interdisciplinares, além de materiais didáticos especiais dentro de programas/projetos esportivos sociais, poderão resultar em alternativas potencialmente enriquecedoras para o desenvolvimento da aprendizagem e formação de seres humanos.

Assim, quero provocar a discussão em direção a uma proposta concreta de Educação Olímpica, pressupondo uma iniciativa pioneira em nosso País.

É preciso deixar claro que o termo Olimpismo não se refere à estrutura organizacional do Movimento Olímpico, nem, muito menos, à dos Jogos Olímpicos. É uma plataforma filosófica de vida. Um sistema de princípios, valores e significados que tenta expandir idéias que lhes são intrínsecas, bem como propor valores relativos a ideologias econômicas, culturais, sociais e políticas.

Karl Marx, por exemplo, foi um dos filósofos que mais influenciou Coubertin, principalmente quando ele tentava aprofundar

questões voltadas para o processo das relações sociais. Admitindo reconhecer, na sociedade, contradições e desigualdades existentes entre as classes burguesas e trabalhadoras. Para Müller (2005), Coubertin teria vislumbrado nos ideais olímpicos, uma forma dialética de Educação no sentido de tentar amenizar estas desigualdades sociais.

Coubertin considerava o Olimpismo como algo muito além de simples exercícios, mas como um complexo de participação, nos conduzindo à compreensão da Educação esportiva acessível para todos.

McNeely (1980) refere-se ao idealismo ‘coubertiniano’ - concretizado na Carta Olímpica - dando ênfase às questões voltadas para a eliminação da injustiça social. Para esse mesmo autor, o Olimpismo, além da dependência de programas governamentais, está dependente, também, da ação de dirigentes, professores, instituições e da população em geral. Referindo-se aos Jogos Olímpicos, diz que estes não surgiram para simples exibições de superioridade de desempenho atlético, mas como um veículo de promoção da transformação social e educacional.

De acordo com o conceito elaborado por McNeely, o Movimento Olímpico deve ser um sistema aberto para todos e não deve se tornar simplesmente um sinônimo de um conjunto de oportunidades para um número limitado de colecionadores de medalhas de ouro. Esta oportunidade deveria representar participação, independente de idade, sexo, como um direito de todos.

Esta tradição histórica tem, eventualmente, sido seguida de perto por instituições do mundo moderno que encorajam atitudes éticas, adequando o Movimento Olímpico ao nosso tempo. No entanto, mesmo assim, os princípios apregoados por Coubertin, presentes na ‘História Olímpica’ há mais de 3000 anos, precisam ter seu significado questionado no mundo de hoje.

Esporte, educação e inclusão social: uma relação olímpica possível

Neste cenário, provocado pelo olhar multicultural de Abreu (2002), lanço as seguintes questões: como os valores Olímpicos po-

dem ser trazidos para discussão e então se fixarem como parte de um projeto Olímpico voltado para a Inclusão Social? Como proclamar e ‘fixar’ valores universais considerando a diversidade cultural e social? Em uma perspectiva epistemológica, para que futuro é possível conduzir estes valores?

Existem muitas dificuldades políticas e sociais que o Olimpismo se propõe a enfrentar, especialmente através daquilo que chamamos de Educação Olímpica. Então, é necessário buscar soluções para as desigualdades econômica e social, incluindo conceitos como multiculturalismo, pós-modernidade, ética e questões de gênero.

A Educação Olímpica nada mais é do que o processo que traz a filosofia do Olimpismo para todos através do ensinamento dos ideais olímpicos. Baseada no Olimpismo pode representar uma política pública para alcançar o objetivo de um desenvolvimento humano e social mais justo, igual e fraterno através do esporte.

Acredito que aí está a relevância de uma Educação Olímpica, até porque, um país que é candidato a sediar os Jogos Olímpicos deve compreender que um dos principais quesitos para sua aprovação diante da avaliação realizada pelo Comitê Olímpico Internacional passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de programas/projetos deste âmbito.

Este seria um ‘casamento’ perfeito? Não tenho esta resposta, mas tenho a certeza que potencializaria a possibilidade de inclusão social de crianças e adolescentes e a própria candidatura do Brasil para ser uma sede olímpica.

Referências bibliográficas

ABREU, Neise. Olympic multiculturalism: proclaimed universal values v. Cultural relativism. In: DACOSTA, Lamartine. *Olympic studies: current intellectual crossroads*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 201-254.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DACOSTA, Lamartine. Olimpismo e o Equilíbrio do Homem. In:

TAVARES, Otávio; DACOSTA, Lamartine. (Eds.) *Estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p. 50-69.

HABERMAS, Jurgen. *Justification and application*. Massachusetts: MIT Press, 1993.

HOLMESLAND, Içara. Qualidade e equidade no acesso ao conhecimento: experiências de uma sociedade igualitária. *Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 50, p. 45-70, jun. 2003.

IBGE. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=468&id_pagina=1>. Acesso em: 22 abr. 2008.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic memoirs*: Pierre de Coubertin. Lausanne: International Olympic Committee, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

McNEELY, Simon. Cooperation between Educational and Olympic Authorities. *Report of the International Sessions for Educationists 1973 - 1977 - 1979*, Ancient Olympia. HOC, Athens, 1980. p. 260-278.

MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2003.

MÜLLER, Norbert. Olympic education: university lecture on the Olympics. *Centre d'Estudis Olímpics (UAB) International Chair in Olympism (IOC -UAB)*, Barcelona. 2004. Obtido via base de dados. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/muller.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2005.

PUCHET, Enrique. Resistentes y Reproductores. *Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 50, p. 177-187, jun. 2003.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set/out/nov/dez, 2003, p.16-39.

UNESCO Brasil. *Contexto brasileiro*. Disponível em:

< <http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/ContextoBrasileiro> >. Acesso em: 01 out. 2008.

WEINBERG, R.; GOULD, D. *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed. 2001.